



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.20ªRPO.CNPCT 20ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

1º DIA

Local	Data e Hora da Abertura
Sala de Reuniões Plenárias – Ministério dos Direitos Humanos Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 10ª Andar.	7 de Junho de 2018 – 09h30 (Manhã)

QUORUM

Representação	Presentes	Função	Condição	Categoria	Nº
SNC/MDH	Akemi Kaminura	Vice-Presidente(a)	Titular	GOV	01
CFP	Paulo Roberto Martins Maldos	Membro (a)	Titular	OSC	02
CUT	Verginia Dirami Berriel	Membro (a)	Suplente	OSC	03
ISER	Paula Jardim Duarte	Membro (a)	Titular	OSC	04
MDS	Francisco Coullanges Xavier	Membro (a)	Suplente	GOV	05
JUSTIÇA GLOBAL	Maria Elena da Luz Azevedo	Membro (a)	Suplente	OSC	06
CC/PR	Mariana Siqueira de Carvalho	Membro (a)	Suplente	GOV	07
SNPIR/MDH	Roseli de Oliveira	Membro (a)	Titular	GOV	08
RENILA	Marcelo Magalhães Andrade	Membro (a)	Suplente	OSC	09
ASBRAD	Vera Vieira	Membro (a)	Suplente	OSC	10
MD	Sávio Luciano de Andrade Filho	Membro (a)	Titular	GOV	11
GTNM/BA	Joviniano Soares de Carvalho Neto	Membro (a)	Titular	OSC	12
CONNECTAS	Henrique H. Apolinário de Souza	Membro (a)	Suplente	OSC	13
IBCCRIM	Natália Macedo Sanzovo	Membro (a)	Titular	OSC	14
SEGOV/PR	José Luiz Paro Filho	Membro (a)	Suplente	OSC	15
MS	Andrey Roosevelt Chagas Lemos	Membro (a)	Titular	OSC	16
MEC	Francisco Moraes da Costa Marques	Membro (a)	Titular	OSC	17
SNC/MDH	Karolina Alves Pereira de Castro	Membro (a)	Suplente	GOV	-
MNPCT	Valdirene Daufemback	Convidado (a) Permanente	Não se Aplica!	GOV	-
DPE/ES	Hugo Fernandes Matias	Expositor (a)	Não se Aplica!	GOV	-
ONDH/MDH	Sueli Francisca Vieira	Expositor (a)	Não se Aplica!	GOV	-
DPE/DF	Daniel de Oliveira Costa	Observador (a)	Não se Aplica!	GOV	-
MNPCT	Deise Benedito	Observador (a)	Não se Aplica!	GOV	-
CGCTVI	Maria Jose Batista Santos	Observador (a)	Não se Aplica!	GOV	-

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

Representação	Justificativa de Ausência	Posição do Colegiado	Nº
SMDH			
OAB			
ANCED			



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.20ªRPO.CNPCT 20ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

MRE			
MJ			
SPM/PR			

LEITURA E APROVAÇÃO DA PAUTA

M	Tema/Assunto	Hora e Tempo	Leitura e Aprovação
001	ABERTURA <ul style="list-style-type: none">Fala de Abertura (Vice Presidência)Leitura e Aprovação da Pauta da 20ªRPOLeitura e Aprovação da Ata da 19ªRPO/CNPCTInformes Institucionais	09h00 (1h)	
002	PAUTA ADMINISTRATIVA <ul style="list-style-type: none">Substituição da Vice-Presidência Rotativa (Governo) - Gestão 2018.	10h15 (1h)	
003	PAUTA TEMÁTICA <ul style="list-style-type: none">Apresentação e Discussão da Consultoria de Avaliação de Políticas Públicas e Sistematização de Recomendações sobre Prevenção e Combate à Tortura.	11h30 (1h)	
004	PAUTA TEMÁTICA <ul style="list-style-type: none">Apresentação do Balanço Anual (2017) da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e Discussão dos Indicadores de Monitoramento das Respostas de Denúncias de Tortura.	14h00 (1h30)	
005	PAUTA TEMÁTICA <ul style="list-style-type: none">Apresentação do Relatório da Coordenação de Infância e Juventude da DPE/ES sobre Casos de Agressões em Unidades Socioeducativas do Estado do Espírito Santo.	16h15 (1h30)	
006	CAPACITAÇÃO DE PAUTA <ul style="list-style-type: none">Apresentação das Políticas, Programas e Ações do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) no âmbito da Prevenção e Combate à Tortura.	09h00 (1h)	
007	PAUTA ADMINISTRATIVA <ul style="list-style-type: none">Preparação do 3º Processo de Chamamento Público de Organizações da Sociedade Civil para Composição do CNPCT - Mandato 2019/2020.	10h15 (1h)	
008	DIÁLOGO MNPCT <ul style="list-style-type: none">Apresentação e Discussão do Planejamento Bianual (2018/2019) do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT).	11h30 (1h)	
009	PAUTA ADMINISTRATIVA <ul style="list-style-type: none">Monitoramento do Plano de Ação CNPCT - 2018	14h00 (2h)	
010	PLENÁRIA DE ENCAMINHAMENTOS <ul style="list-style-type: none">Deliberações e Encaminhamentos FinaisLeitura e Validação dos Encaminhamentos da Ata da 20ªRPO	16h15 (1h30)	



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.20ªRPO.CNPCT 20ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

DISCUSSÃO DA PAUTA:

Momento (Nº)	001	Tipo de Pauta	ABERTURA
Assunto/Tema	<ul style="list-style-type: none">• ABERTURA• Fala de Abertura (Vice Presidência)• Leitura e Aprovação da Pauta da 20ªRPO• Leitura e Aprovação da Ata da 19ªRPO/CNPCT• Informes Institucionais		
Documentos & Subsídios	<ul style="list-style-type: none">➢ M1_Programação_de_Pauta_20ªRPO_CNPCT_Jun2018.pdf➢ M1_MINUTA_ATA_19ªRPO_CNPCT_ABR2018.pdf		
Discussão	<p>Karolina Castro (Mesa Diretora - SNC/MDH): Dar as boas-vindas a todos os participantes do 1ª dia da 20ªRPO/CNPCT e justifica a ausência da Vice-Presidente, Cinara Lima, em razão do seu desligamento do Ministério da Educação (MEC) e, em consequência do CNPCT, para assumir outro cargo no Ministério da Fazenda (MF). Em razão, a Mesa Diretora do CNPCT - Gestão 2018 (MD/CNPCT2018), decidiu a indicar, por consenso, a um dos representantes governamentais da própria MD/CNPCT2018, para promover a abertura da 20ªRPO/CNPCT, até o momento o momento formal da indicação, pelos representantes do Poder Executivo Federal, para substituição do MEC na Vice-Presidência Rotativa 2018. Em seguida, passa a palavra para a Secretaria Executiva do CNPCT para leitura e aprovação da Programação de Pauta da 20ªRPO/CNPCT e Ata da 19ªRPO/CNPCT.</p> <p>Elias Sousa (Secretaria Executiva CNPCT): Realiza a leitura da Programação de Pauta da 20ªRPO/CNPCT, aprovada na 3ª Reunião Ordinária da Mesa Diretora do CNPCT - Gestão 2018 (3ªRMD/CNPCT2018), realizada no dia 25/05/2018, para aprovação da Plenária da 20ªRPO/CNPCT. A título de errata, informa que, no momento M6 não haverá exposição de temática do Ministério da Saúde, mas sim do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), tendo vista, que não houve confirmação do convidado, mas pauta acabou sendo enviada sem a atualização dessa informação.</p> <p>Karolina Castro (Mesa Diretora - SNC/MDH): Aproveita a leitura da Programação de Pauta da 20ªRPO/CNPCT para destacar que, durante o momento M9 haverá apresentação das informações e discussão dos preparativos para o "3º Encontro Nacional de Comitês e Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura", a ser realizado no mês de julho de 2018.</p> <p>Marcelo Magalhães (RENILA): A partir do esclarecimento da errata Secretaria Executiva do CNPCT, relembra que o convite ao MS foi um encaminhamento proposto pela RENILA e aprovado na 18ªRPO/CNPCT, mas que, diante da falta de uma resposta formal e do não comparecimento de representante da Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas (CGMAD) do MS, na 19ª e na 20ªRPO/CNPCT, questiona se não o caso dos membros da sociedade civil discutirem a adoção de medidas mais enérgicas, como a proposição e aprovação de uma nota pública.</p> <p>Elias Sousa (Secretaria Executiva CNPCT): Realiza a leitura da Ata da 19ªRPO/CNPCT, cuja a minuta foi encaminhada junto com a Programação de Pauta da 20ªRPO/CNPCT, dentro do prazo regimental. Nesse sentido, destaca o</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.20ªRPO.CNPCT 20ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	001	Tipo de Pauta	ABERTURA
			<p>problema ocorrido com a gravação e os registros da tarde do 1º dia da 19ªRPO/CNPCT e, que a Secretaria Executiva do CNPCT não recebeu solicitações de ajustes das discussões. Em seguida, devolve a palavra a representante da MD/CNPCT2018 presidindo os trabalhos de abertura, para os informes institucionais.</p> <p>Karolina Castro (Mesa Diretora - SNC/MDH): Abre as inscrições para falas dos participantes com o objetivo de apresentarem informes institucionais da atuação dos órgãos e organizações participantes da 20ªRPO/CNPCT. Em seguida, passa a palavra aos inscritos.</p>
Informes Institucionais			<p>Valdirene Daufemback (MNPCT): Informa sobre a atividade de capacitação sobre o Protocolo de Istambul, promovida pelo MNPCT e parceria com o <i>The International Bar Association's Human Rights Institute (IBAHRI)</i> no mês de maio de 2018, nos municípios de Florianópolis (SC) e do Rio de Janeiro (RJ). Neste último, houve a participação do Relator Especial da ONU sobre Tortura, Juan E. Mendez.</p> <p>Paulo Maldos (CFP): Informe sobre o lançamento, no dia 28 de junho de 2018, do relatório do processo de Inspeção Nacional das Comunidades Terapêuticas, realizado pelo CFP em articulação com o MNPCT, PFDC, PRDCs e organizações locais da sociedade civil relacionadas a temática, em setembro de 2017.</p> <p>Karolina Castro (Mesa Diretora - SNC/MDH): Informa sobre a realização do workshop "Pessoas LGBTI privadas de liberdade: entre a invisibilidade e a estigmatização", promovido pela Associação para a Prevenção da Tortura (APT) com o apoio da Secretaria Nacional da Cidadania, por meio da Diretoria de Promoção dos Direitos de LGBT, com a participação de pesquisadores, representantes da sociedade civil, membros do CNPCT (IBCCRIM), MNPCT, CNCD/LGBT, CNMP, DPU, PGR/MPF e MESP. Destaca também, a realização da 3ª Reunião de Gestores Estaduais de Direitos Humanos, com objetivo de fazer o acompanhamento do Pacto de Prevenção e Combate à Tortura e do Pacto de Erradicação do Trabalho Escravo, além do lançamento do Pacto Contra a Violência LGBT.</p> <p>Roseli de Oliveira (SNPIR/MDH): Informa sobre a realização da IV Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CONAPIR, realizada entre os dias 27 e 30 de maio de 2018, com mil participantes de diversas unidades federativas, apesar das dificuldades decorrentes da Greve dos Caminhoneiros, resultando 110 propostas relacionadas a diversos seguimentos, como pessoas em situação de rua.</p> <p>Joviniano Neto (GTNM/BA): Informa sobre as diversas atividades realizadas pelo GTNM/BA no último período, com destaque para o relatório da Comissão da Verdade da Bahia, a promoção de debates a partir da exibição do documentário "Calabouço 1968" e do lançamento do livro "Igrejas e Ditadura Militar na Bahia". Por fim, destacou que o GTNM/BA compõe o CEPET/BA, que está organizando um seminário para o mês de agosto sobre a "70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos".</p> <p>Maria Elena (Justiça Global): Solicita informações sobre o andamento do processo de nomeação dos peritos selecionados no 4ºPSP/MNPCT e, sugere a</p>



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.20ªRPO.CNPCT 20ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	001	Tipo de Pauta	ABERTURA
	<p>Plenária do CNPCT que avalie a possibilidade do colegiado se manifestar publicamente sobre o PLS 580/2015, que obriga o preso a ressarcir o Estado pelos gastos com sua manutenção no presídio e os novos casos de mortes de adolescentes no sistema socioeducativo do Ceará.</p> <p>Marcelo Magalhães (RENILA): Informe sobre as celebrações do Dia da Luta Antimanicomial, 18 de maio, destacando a importância da reflexão sobre essa temática na atual conjuntura de restrições de garantias constitucionais, conquistadas a partir da Reforma Psiquiátrica, e também do encarceramento em massa.</p> <p>Virginia Berriel (CUT Brasil): Informa sobre a participação da CUT na articulação de organizações para criação da Comissão Popular da Verdade do Rio de Janeiro, com o objetivo de acompanhar os impactos da Intervenção Federal nas favelas do RJ. A comissão realizou uma visita a Favela da Rocinha, com a participação do Embaixador da ONU para Direitos Humanos e Questões Raciais, Danny Glover, e a próxima visita será na Favela do Chapadão com a presença da Profa. Ângela Davis.</p> <p>Karolina Castro (Mesa Diretora - SNC/MDH): Esclarece que, logo após a homologação do resultado final na 19ªRPO/CNPCT, foram adotadas as providências cabíveis para nomeação e posse dos candidatos(as) selecionados. O MDH já encaminhou o processo administrativo da nomeação para Casa Civil da Presidência da República e, está aguardando os trâmites para a assinatura e publicação do Decreto Presidencial para qualquer momento, contudo, não há previsão de prazo certo.</p>		
Deliberações & Encaminhamentos	<ol style="list-style-type: none">1) Aprovação da Programação de Pauta da 20ªRPO, sem alterações.2) Aprovação da Minuta de Ata da 19ªRPO sem ajustes das discussões. (Não houve solicitações)		

Momento (Nº)	002	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
Assunto/Tema	• Substituição da Vice-Presidência Rotativa (Governo) - Gestão 2018.		
Documentos & Subsídios	➤		
Discussão	<p>Karolina Castro (Mesa Diretora - SNC/MDH): Após contextualizar mais uma vez a ausência da Vice-Presidência na abertura da 20ªRPO/CNPCT e o desligamento da servidora Cinara Lima do MEC, informa que, após reunirem-se pra discutir o assunto, os representantes do Poder Executivo Federal (PEF) no CNPCT aprovaram, por consenso, a indicação da titular da Secretaria Nacional da Cidadania (SNC/MDH), Akemi Kamimura, para assumir a Vice-Presidência Rotativa do CNPCT, em substituição a representante do MEC, até o final do mandato iniciado na 18ªRPO/CNPCT. Em consequência dessa substituição, os representantes do PEF também resolveram indicar a SNPIR/MDH para ocupar a assento na Mesa Diretora do CNPCT - Gestão 2018, em substituição a vaga ocupada pela SNC/MDH. Em seguida, passou a palavra a nova Vice-Presidente do</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.20ªRPO.CNPCT 20ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	002	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	CNPCT, para assumir a função e a condução dos trabalhos da 20ªRPO/CNPCT, ante a ausência da Presidência Permanente. Akemi Kamimura (Vice-Presidência - SNC/MDH): Saúda a todos participantes, agradecendo a confiança depositada pelos representantes governamentais e aproveita para anunciar os objetivos da sua gestão.		
Encaminhamentos	<ul style="list-style-type: none">Em substituição a representante titular do MEC, Cinara de Lima, os representantes do Poder Executivo Federal resolveram indicar a titular da SNC/MDH, Akemi Kaminura, para concluir o mandato de 2018, nos termos do art. 7ª, §2º, da Lei nº 12.847/2013;Em substituição a SNC/MDH, os representantes do Poder Executivo Federal resolveram indicar a titular da SNPIR/MDH para compor a Mesa Diretora do CNPCT – Gestão 2018.		

Momento (Nº)	003	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
Assunto/Tema	<ul style="list-style-type: none">Apresentação e Discussão da Consultoria de Avaliação de Políticas Públicas e Sistematização de Recomendações sobre Prevenção e Combate à Tortura.		
Documentos & Subsídios	➤		
Discussão	<p>Akemi Kamimura (Vice-Presidência - SNC/MDH): Apresenta a expositora da temática, Vivian Calderoni, consultora do PNUD para CGCTVI/MDH. Em seguida, passa a palavra a expositora.</p> <p>Vivian Calderoni (Consultora PNUD - CGCTVI/MDH): Realiza do 4º Produto da consultoria de "Avaliação de Políticas Públicas e Sistematização de Recomendações de Prevenção e Combate à Tortura", após um rápido resgate do que foi apresentado nos produtos anteriores. Em seguida, devolve a palavra a Vice-Presidência para organização das falas com comentários a apresentação realizada.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidência - SNC/MDH): Agradece a apresentação e abre as inscrições para falas comentando a apresentação.</p> <p>Maria Elena (Justiça Global): Pondera alguns dos achados da pesquisa realizada pela consultoria, com base na experiência das visitas realizadas por sua organização, destacando a inexistência de regulação do uso de armamentos não letais em unidades do sistema prisional e também do socioeducativo; a inobservância da separação de mulheres grávidas, crianças e adolescentes em unidades prisionais; inexistência de medidas de enfrentamento ao racismo institucional; manutenção de pessoas presas em contêineres de aço.</p> <p>Valdirene Daufemback (MNPCT): Destaca a importância dos achados e das conclusões da pesquisa realizada pela consultora e também das ponderações da representante da Justiça Global, para aperfeiçoamento das políticas públicas e da atuação do MNPCT. Aponta que, a questão da regulamentação do uso da forma em unidades prisionais e do socioeducativo é importante, mas o CNPCT tem que ter um olhar também para a qualidade dessas regulamentações, principalmente,</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.20ªRPO.CNPCT 20ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	003	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>em relação os princípios de direitos humanos, pois a regulamentação descuidada pode levar a institucionalização de práticas equivocadas, como o uso indiscriminado de armamentos não letais.</p> <p>Mariana Carvalho (CC/PR): Parabeniza a consultora pela apresentação e pelo trabalho realizado, destacando a necessidade de esclarecimento de algumas questões metodológicas, como as restrições e as limitações encontradas, que vão de encontro com as ponderações da representante da Justiça Global. Destaca que, também acumula a representação da CC/PR no CONANDA, lhe chamando a atenção a importância do fortalecimento de políticas públicas e da legislação de proteção para mulheres grávidas no sistema prisional, tendo vista, a fragilidade jurídica do Habeas Corpus concedido pelo STF.</p> <p>Marcelo Magalhães (RENILA): Argumenta que, apesar de considerar importante as considerações de natureza metodológica, entende que o CNPCT deve exercer um papel relevante na discussão das propostas da consultoria e na proposição de encaminhamentos eficazes do ponto de vista da atuação política do colegiado.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Reconhece as restrições e limitações do contrato da consultoria, mas considera que os produtos são extremamente ricos e podem, não exclusivamente, subsidiar a atuação do CNPCT, MNPCT e de vários outros órgãos públicos e organizações da sociedade civil. Nesse sentido, entende que, o trabalho da consultoria lança alguma luz sobre temáticas que o CNPCT se desdobrar, como o não reconhecimento a prática de tortura e o racismo estrutural, além do acompanhamento do funcionamento e da atuação do comitês e mecanismos estaduais, considerando o "III Encontro Nacional" a ser realizado em julho, como um momento estratégico pra isso.</p> <p>Paulo Maldos (CFP): Parabeniza a consultora pela apresentação e concorda com a representante da SNC/MDH quanto a importância da apropriação do conteúdo dos produtos da consultoria pelo CNPCT, destacando alguns pontos que considera relevantes na atuação do CNPCT em relação aos comitês e mecanismos estaduais, como a necessidade de fortalecimento institucional, de capacitação temática dos seus integrantes e a disseminação de boas práticas de atuação, entre elas, monitoramento das recomendações do MNPCT e dos mecanismos estaduais e a manutenção de um fluxo de trabalho.</p> <p>Marcelo Magalhães (RENILA): Destaca o papel no CNPCT, como órgão normativo do SNPCT, na regulamentação de regras para criação e funcionamento dos comitês e mecanismos estaduais, de forma institucional e orgânica, sem prejuízo do reconhecimento da atuação individualizada das organizações da sociedade civil, que são integrantes desses espaços. Nesse sentido, considera estratégica a apresentação de uma proposta de regulamentação elaborada pelo CNPCT, para apresentação e avaliação dos participantes do III Encontro Nacional de Comitês e Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura.</p> <p>Maria Elena (Justiça Global): Concorda com o representante da RENILA em relação a necessidade do CNPCT fazer a discussão com as organizações participantes do III Encontro Nacional de Comitês e Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura, sobre a necessidade de uma atuação sistêmica e orgânica dos</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.20ªRPO.CNPCT 20ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	003	Tipo de Pauta	PAUTA TEMÁTICA
	<p>comitês e mecanismos estaduais. Também aponta a importância do CNPCT discutir sua atuação em relação ao uso de armamentos não letais, a exemplo da resolução aprovada pelo CNDH.</p> <p>Daniel de Oliveira (DPE/DF): Parabeniza a consultora pelo trabalho realizado e sugere que, as Defensorias Públicas dos estados sejam consultadas ou incluídas no fluxo de informações de acompanhamento das políticas públicas e dos comitês e mecanismos em âmbito local, como forma de verificação ou validação dos dados oficiais do Poder Executivo ou dos outros poderes.</p> <p>Natália Sanzovo (IBCCRIM): Parabeniza a consultora pelo trabalho realizado e pede maiores esclarecimentos sobre a questão da presença de homens na custódia de mulheres e como isso se dar também relação ao público LGBT nessas unidades.</p> <p>Vivian Calderoni (Consultora PNUD - CGCTVI/MDH): Agradece todos os comentários e responde os questionamentos e ponderações apresentadas. Em seguida, faz suas considerações finais e agradece a oportunidade ao CNPCT, mais uma vez.</p>		
Encaminhamentos	<ol style="list-style-type: none">1) Enviar Ofícios do CNPCT p/ Pontos Focais encaminhados em resposta aos ofícios dos Pacto Federativo, solicitando informações sobre as ações para criação dos CEPCTs e MEPCTs;2) Enviar Ofícios aos dirigentes dos Conselhos Superiores Nacionais dos órgãos do Sistema de Justiça (CNJ, CNMP, CONDEGE) convidando para apresentar e discutir a atuação em relação a CEPCTs e MEPCTs;3) Incluir na pauta de uma das próximas RPO's/CNPCT a temática do Racismo Estrutural, a partir uma proposta a ser apresentada pela SNPIR/PR à Mesa Diretora do CNPCT;4) Reencaminhar novamente os produtos da consultoria para o Grupo de E-mails dos membros do CNPCT.		

Momento (Nº)	004	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
Assunto/Tema	<ul style="list-style-type: none">• Apresentação do Balanço Anual (2017) da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e Discussão dos Indicadores de Monitoramento das Respostas de Denúncias de Tortura.		
Documentos & Subsídios	<p>➤ M4_RelatorioDigital_BalancoAnual2017_ONDH_Geral.pdf</p>		
Discussão	<p>Akemi Kamimura (Vice-Presidência - SNC/MDH): Apresenta a expositora da temática, Sueli Francisca Vieira, Coordenadora-Geral de Ouvidoria da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. Em seguida, passa a palavra a expositora.</p> <p>Sueli Vieira (ONDH/MDH): Realiza a apresentação do Balanço Anual (2017) da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e dos Indicadores de Monitoramento das Respostas de Denúncias de Tortura. Em seguida, devolve a palavra a Vice-Presidência para organização das falas com comentários a apresentação realizada.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidência - SNC/MDH): Agradece a apresentação e abre as inscrições para falas comentando a apresentação.</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.20ªRPO.CNPCT 20ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	004	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	<p>Henrique de Souza (CONECTAS): Parabeniza a expositora pela apresentação e apresenta alguns questionamentos, entre eles: como é feita a distinção de uma denúncia de tortura e outra de maus tratos ou violência física, em dos dados apontarem uma queda da primeira e um crescimentos das outras categorias; se é realizada uma avaliação quantitativa ou qualitativa das respostas recebidas; no local da violação, em que categorias são incluídas as comunidades terapêuticas; e, por fim, se em algum momento os agentes penitenciários aparecem nas categorias dos autores. Por fim, questiona se a ONDH tem recebido informações de denúncias encaminhadas pelo CNPCT e como avalia o fluxo de tratamento dessas informações definido pela Resolução CNPCT nº 4/2016.</p> <p>Vera Vieira (ASBRAD): Parabeniza a expositora pela apresentação e solicita esclarecimentos sobre alguns pontos da apresentação, entre eles: o elevado número de registros de denúncias em não é possível identificar o gênero ou a raça das vítimas; o baixo índice de respostas dos encaminhamentos; e, se existem, indicadores de denúncias relacionadas ao tráfico de pessoas.</p> <p>Daniel de Oliveira (DPE/DF): Cumprimenta e parabeniza a expositora pela apresentação e destaca a importância do trabalho da ONDH e do Disque 100, cuja a divulgação tem sido reforçada pela DPE/DF cotidianamente. Em razão disso, demonstra sua preocupação com a queda do índice de denúncias. Aponta que, muitas vezes a DPE/DF demora ou não encaminha resposta para ONDH, em razão da fase de apuração dos fatos, e, também, a falta de detalhamento no relato das denúncias, torna o processo de apuração ainda mais difícil ou inviável.</p> <p>Francisco Xavier (MDS): Parabeniza a expositora pela apresentação e solicita esclarecimentos sobre alguns pontos da apresentação, entre eles: se na categoria de unidades de privação de liberdade da ONDH estão incluídos as unidades de acolhimento social; se seria possível o compartilhamento com o MDS e, se há uma avaliação do perfil das pessoas e dos canais de comunicação utilizados nas denúncia em unidades de restrição de liberdade; se há registros também de tortura em outras unidades do estado, que não sejam de restrição de liberdade, como escolas e unidades de saúde.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Parabeniza a expositora pela apresentação e destaca que CGCTVI/MDH já vem dialogando com a ONDH em relação ao tratamento e monitoramento das denúncias de tortura. Nesse sentido, destaca que a participação da ONDH na 20ªRPO/CNPCT é um dos resultados desses diálogos e, que outro resultado será a Roda de Conversa sobre denúncias de tortura, que haverá durante o III Encontro Nacional de Comitês e Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura, também a participação da ONDH.</p> <p>Joviniano Neto (GTNM/BA): Parabeniza a expositora pela apresentação e destaca três pontos que lhe chamaram a atenção: o alto índice de características das vítimas "não informadas"; o baixo índice de respostas dos encaminhamentos e a queda do número de denúncias em relação ao período anterior. Com relação ao baixo índice de respostas, acredita que uma estratégia para lidar com isso seria a articulação com os comitês estaduais para monitoramento e pressão adoção de providências, bem como o envio de respostas a ONDH.</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.20ªRPO.CNPCT 20ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	004	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	Sueli Vieira (ONDH/MDH): Agradece todos os comentários e responde os questionamentos e ponderações apresentadas. Em seguida, faz suas considerações finais e agradece a oportunidade ao CNPCT.		
Deliberação	1) Incluir a CONECTAS e o ISER na Comissão de Apoio responsável pela Atividade 6.3 do Eixo 6 do Plano de Ação 2018 do CNPCT; 2) Realizar Reunião da Mesa Diretora – Gestão 2018 com a Ouvidoria de Nacional de Direitos – ONDH para avaliar ou propor fluxos de denúncias CNPCT/ONDH.		

Momento (Nº)	005	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
Assunto/Tema	• Apresentação do Relatório da Coordenação de Infância e Juventude da DPE/ES sobre Casos de Agressões em Unidades Socioeducativas do Estado do Espírito Santo.		
Documentos & Subsídios	➤		
Discussão	<p>Akemi Kamimura (Vice-Presidência - SNC/MDH): Apresenta o expositor da temática, Hugo Fernandes Matias, da Coordenação de Infância Juventude da Defensoria Pública Estadual do Espírito Santo (DPE/ES). Em seguida, passa a palavra ao expositor.</p> <p>Hugo Matias (DPE/ES): Realiza a apresentação da atuação da Coordenação de Infância e Juventude da DPE/ES sobre Casos de Agressões em Unidades Socioeducativas do Estado do Espírito Santo, especialmente, aquelas unidades objeto de denúncia na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH/OEA). Em seguida, devolve a palavra a Vice-Presidência para organização das falas com comentários a apresentação realizada.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidência - SNC/MDH): Agradece a apresentação e abre as inscrições para falas comentando a apresentação.</p> <p>Gustavo Magnata (Perito do MNPCT): Parabeniza o expositor pela apresentação e reconhece que a atuação do MNPCT tem sido alguém das demandas da DPE/ES e de outras organizações do estado. Informe que, isso deve as dificuldades iniciais de estruturação do trabalho do MNPCT e para construção de um protocolo de atuação em casos emergenciais. Contudo, destaca que, a partir do último Planejamento Bianual, houve uma reformulação da organização interna do MNPCT, resultando na criação de um Núcleo do Socioeducativo, para acompanhamento e proposição de medidas específicas em relação a temática, em articulação com outros órgãos, como o CNPCT e o CONANDA.</p> <p>Joviniano Neto (GTNM/BA): Destaca a exibição dos vídeos durante a apresentação da DPE/Es e o papel da divulgação de imagens impactantes, como medidas capazes gerar clamor público e potencializar ações concretas por parte das autoridades competentes.</p> <p>Maria Elena (Justiça Global): Reconhece o papel relevante da atuação da DPE/ES em relação a situação das unidades do SINASE no estado e a articulação com a Justiça Global para produção de relatórios acompanhamento para CIDH/OEA. Ressalta a importância da previsão pela SNC/MDH de um fundo de</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.20ªRPO.CNPCT 20ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	005	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	<p>apoio de passagens e diárias para viabilizar ações do CNPCT e MNPCT, casos emergenciais, onde há a necessidade de visitas em local dos fatos para identificação e acompanhamento das primeiras providências.</p> <p>Paula Jardim (ISER): Solicita esclarecimentos sobre quais foram as dificuldades identificadas para implementação da Central de Vagas no Espírito Santo e, como é vê o papel do Poder Judiciário nesse cenário caótico de violações de direitos, principalmente, os órgãos de cúpula do Judiciário, como o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Por fim, questiona a situação das medidas em meio e liberdade assistida no ES, ponderando que existe uma tendência dos juízes optarem por medidas de internação, quando não confiam na execução dessas outras medidas.</p> <p>Francisco Xavier (MDS): Questiona se a DPE/ES tem um levantamento do perfil do ato infracional cometido pelos adolescentes nessas unidades e, em caso positivo, se o percentual daqueles que poderiam está cumprindo medidas em meio aberto é relevante para discussão de ações junto ao Poder Judiciário.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Parabeniza e agradece a DPE/ES pela apresentação, destacando a importância do CNPCT, buscar diálogo também com a Coordenação-Geral do SINASE no MDH para discutir esses casos dos estados e articular providências que podem ser adotadas pelo Poder Executivo Federal. Por fim, questiona como tem sido as respostas do Poder Judiciário local e do CEPCT/ES.</p> <p>Sávio Filho (MD): Reforça a importância da sugestão da representante da Justiça Global, quanto a necessidade de da previsão pela SNC/MDH de um fundo de apoio de passagens e diárias para viabilizar ações do CNPCT e MNPCT, casos emergenciais, onde há a necessidade de visitas em local dos fatos para identificação e acompanhamento das primeiras providências.</p> <p>Henrique de Souza (CONNECTAS): Aponta que, no seu entendimento, o MNPCT é órgão com maiores garantias legais e condições para efetuar filmagens de violações de direitos humanos em unidades de restrição de liberdade e, torna-las públicas ao incluí-las em seus relatórios de inspeção. Além disso, considera que, em relação ao Poder Judiciário o CNPCT pode atuar por meio de manifestações e expedientes técnicos a serem juntados aos autos dos processos pelas instituições e organizações partes das ações, a exemplo do que ocorreu com o MNPCT no HC Coletivo da DPE/SP no STF sobre mulheres grávidas no Sistema Prisional.</p> <p>Hugo Matias (DPE/ES): Agradece todos os comentários e responde os questionamentos e ponderações apresentadas. Em seguida, faz suas considerações finais e agradece a oportunidade ao CNPCT.</p>		
Encaminhamentos	<ol style="list-style-type: none">1) Enviar Memorando ao MNPCT solicitando a realização de uma “Visita de Inspeção” prioritária ao Estado do Espírito Santo, com foco nas unidades do SINASE;2) Incluir a temática da prevenção e combate à tortura nas unidades do SINASE nas reuniões com os órgãos do Sistema de Justiça, resultantes do respectivo encaminhamento do Momento nº 3;		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.20ªRPO.CNPCT 20ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	005	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	3) Propor a Mesa Diretora do CNPCT a organização de “Ação Emergencial” no Estado do Espírito Santo, com a participação de representantes do CNPCT, MNPCT e ONDH.		

2º DIA

Local	Data e Hora da Abertura
Sala de Reuniões Plenárias – Ministério dos Direitos Humanos Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 10ª Andar.	8 de Junho de 2018 – 09h30 (Manhã)

QUORUM

Representação	Presentes	Função	Condição	Categoria	Nº
SNC/MDH	Akemi Kaminura	Vice-Presidente(a)	Titular	GOV	01
CFP	Paulo Roberto Martins Maldos	Membro (a)	Titular	OSC	02
CUT	Verginia Dirami Berriel	Membro (a)	Suplente	OSC	03
ISER	Paula Jardim Duarte	Membro (a)	Titular	OSC	04
MDS	Francisco Coullanges Xavier	Membro (a)	Suplente	GOV	05
JUSTIÇA GLOBAL	Maria Elena da Luz Azevedo	Membro (a)	Suplente	OSC	06
SNPIR/MDH	Roseli de Oliveira	Membro (a)	Titular	GOV	07
RENILA	Marcelo Magalhães Andrade	Membro (a)	Suplente	OSC	08
ASBRAD	Vera Vieira	Membro (a)	Suplente	OSC	09
MD	Sávio Luciano de Andrade Filho	Membro (a)	Titular	GOV	10
GTNM/BA	Joviniano Soares de Carvalho Neto	Membro (a)	Titular	OSC	11
CONNECTAS	Henrique H. Apolinário de Souza	Membro (a)	Suplente	OSC	12
SEGOV/PR	José Luiz Paro Filho	Membro (a)	Suplente	OSC	13
MS	Andrey Roosevelt Chagas Lemos	Membro (a)	Titular	OSC	14
MEC	Francisco Moraes da Costa Marques	Membro (a)	Titular	OSC	15
SNC/MDH	Karolina Alves Pereira de Castro	Membro (a)	Suplente	GOV	-
MDS	Flávia Teixeira Guerreiro	Membro (a)	Suplente	GOV	-
MNPCT	Valdirene Daufemback	Convidado (a) Permanente	Não se Aplica!	GOV	-
MDS	Mariana de Sousa Machado Neris	Expositor (a)	Não se Aplica!	GOV	-
DPE/DF	Daniel de Oliveira Costa	Observador (a)	Não se Aplica!	GOV	-
CGCTVI	Maria Jose Batista Santos	Observador (a)	Não se Aplica!	GOV	-

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

Representação	Justificativa de Ausência	Posição do Colegiado	Nº
SMDH			



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.20ªRPO.CNPCT 20ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

OAB			
ANCED			
MRE			
MJ			
SPM/PR			
CC/PR			
IBCCRIM			

DISCUSSÃO DA PAUTA:

Momento (Nº)	006	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
Assunto/Tema	<ul style="list-style-type: none">Apresentação das Políticas, Programas e Ações do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) no âmbito da Prevenção e Combate à Tortura.		
Documentos & Subsídios	➤		
Discussão	<p>Akemi Kamimura (Vice-Presidência - SNC/MDH): Dar as boas-vindas a todos os participantes do 2ª dia da 20ªRPO/CNPCT. Apresenta os expositores da temática, a senhora Mariana de Sousa Machado Neris, Diretora do Departamento de Proteção Social Especial do Ministério do Desenvolvimento Social (DPSE/MDS), complementada pelos representantes do MDS no CNPCT. Em seguida, passa a palavra ao expositor.</p> <p>Mariana Neris (DPSE/MDS): Realiza apresentação sobre as Políticas, Programas e Ações do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) no âmbito da Prevenção e Combate à Tortura, com foco nas Unidades de Acolhimento e na Proteção Especial. Em seguida, devolve a palavra a Vice-Presidência para organização das falas com comentários a apresentação realizada.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidência - SNC/MDH): Agradece a apresentação e abre as inscrições para falas comentando a apresentação.</p> <p>Roseli de Oliveira (SNPIR/MDH): Pontua que, durante a fala dos expositores não foi mencionado atuação do MDS para o público quilombola, indígenas e as comunidades tradicionais, incluindo os povos de terreiro de matriz africana e brasileira, que sofrem constantemente violações de direitos.</p> <p>Joviniano Neto (GTNM/BA): Questiona qual tem sido o impacto das perícias nos casos de BPC para pessoas com deficiência ou doença mental e, quanto do orçamento do MDS previsto para 2018 foi liberado até o momento.</p> <p>Virginia Berriel (CUT Brasil): Questiona quais tem sido os efeitos da Emenda Constitucional nº 95/2016 - congelamento dos gastos públicos - nas políticas de assistência social e, como o MDS tem lidado com isso.</p> <p>Vera Vieira (ASBRAD): Agradece pela apresentação e questiona se haverá novos atrasos nos repasses dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e, se existe previsão de recursos para investimento em serviços de atendimento ao público LGBT.</p> <p>Mariana Neris (DPSE/MDS): Agradece todos os comentários e responde os questionamentos e ponderações apresentadas. Em seguida, faz suas</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.20ªRPO.CNPCT 20ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	006	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	<p>considerações finais e, pede licença para se retirar, em razão de outros compromissos profissionais.</p> <p>Francisco Xavier (MDS): Complementa a apresentação do MDS com dados sobre os programas e serviços de Proteção Social Especial.</p> <p>Flávia Guerreiro (MDS): Complementa a apresentação do MDS com dados sobre as Unidades de Acolhimento Social para pessoas vítimas de violações e outros públicos vulneráveis.</p> <p>Paulo Maldos (CFP): Agradece pelas apresentações complementares e questiona quais são ou poderiam ser as interfaces ou pontos de contato entre os serviços do MDS e a população em restrição de liberdade.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Questiona quais poderiam ser as ações ou documentos do CNPCT que poderiam ser produzidos e direcionados ao MDS para estruturação de política de assistência social específica para as pessoas em restrição de liberdade ou vítimas de tortura.</p> <p>Joviniano Neto (GTNM/BA): Questiona se há avaliação e dados qualitativos sobre a provisoriedade das Unidades de Acolhimento e o processo de reintegração social. Também solicita esclarecimentos sobre os procedimentos para evitar o processo de revitimização e viabilizar o processo de reparação.</p> <p>Roseli de Oliveira (SNPIR/MDH): Solicita mais esclarecimentos sobre os dados da implementação das políticas nos estados e municípios e, também sobre a efetividade dos serviços ofertados nas unidades.</p> <p>Francisco Xavier (MDS): Agradece todos os comentários e responde os questionamentos e ponderações apresentadas. Em seguida, faz suas considerações finais e devolve a palavra a Vice-Presidência do CNPCT.</p> <p>Flávia Guerreiro (MDS): Agradece todos os comentários e responde os questionamentos e ponderações apresentadas. Em seguida, faz suas considerações finais e devolve a palavra a Vice-Presidência do CNPCT.</p>		
Encaminhamentos/ Deliberações	1) Incluir na pauta das próximas RPOs/CNPCT a discussão das contribuições da Roda de Conversa sobre o assunto que deverá ocorrer no 3º Encontro Nacional de CEPCTs e MEPCTs em Julho de 2018;		

Momento (Nº)	007	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
Assunto/Tema	• Preparação do 3º Processo de Chamamento Público de Organizações da Sociedade Civil para Composição do CNPCT - Mandato 2019/2020.		
Documentos & Subsídios	➤		
Discussão	<p>Akemi Kamimura (Vice-Presidência - SNC/MDH): Apresenta a expositora da temática, Andréa Faria, da Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça (CGETP/MJ), lembrando o convite a participação e exposição sobre o Processo de Seleção do CONATRAP foi uma proposta da representante da ASBRAD, Dalila Figueiredo, quem também faz parte da composição do CONATRAP. Em seguida, passa a palavra a expositora.</p> <p>Joviniano Neto (GTNM/BA): Apresenta questão de ordem, solicitando esclarecimento quanto as dúvidas apresentadas pelo representante da CUT Brasil</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.20ªRPO.CNPCT 20ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	007	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	<p>na 19ªRPO/CNPCT, especificamente: quando se inicia e encerra o mandato dos membros da sociedade civil no CNPCT. Se a limitação de reeleição para apenas um mandato consecutivo aplica-se as organizações ou seus representantes indicados.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidência - SNC/MDH): Esclarece que os pontos suscitados na questão de ordem serão encaminhados a Consultoria Jurídica do MDH (CONJUR/MDH) para análise e manifestação jurídica.</p> <p>Andréa Farias (CGETP/MJ): Realiza apresentação sobre a metodologia do último "Processo de Seleção Pública de Organizações da Sociedade Civil, Institutos de Pesquisa ou Instituições Acadêmicas para o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de pessoas (CONATRAP)," com objetivo de viabilizar as discussões de "Preparação do 3º Processo de Chamamento Público de Organizações da Sociedade Civil para Composição do CNPCT - Mandato 2019/2020". Em seguida, devolve a palavra a Vice-Presidência para organização das falas com comentários a apresentação realizada.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidência - SNC/MDH): Agradece a apresentação e abre as inscrições para falas comentando a apresentação.</p> <p>Vera Vieira (ASBRAD): Parabeniza a expositora pela apresentação e reconhece, como entidade participante e a 3ª mais votada, que o processo de eleição do CONATRAP foi extremamente democrático e propiciou uma visibilidade nacional, muito relevante para o colegiado e sua pauta. Contudo, avalia também houveram alguns problemas informática que precisam ser melhorados nas próximas seleções do CONATRAP, como a demora no recebimento do e-mail de confirmação do cadastro preliminar do eleitor, o que também levou muitas pessoas a considerarem que já tinham votado, já que o sistema não encaminhava outra mensagem informado a necessidade de outra ação para concluir a votação.</p> <p>Marcelo Magalhães (RENILA): Solicita esclarecimentos quantos aos critérios de elegibilidades das organizações candidatas no processo de eleição do CONATRAP, especialmente, se houve um critério de tempo de existência ou experiência. Da mesma forma, também solicita esclarecimentos quanto aos critérios adotados pelo CONATRAP para formação do colégio eleitoral.</p> <p>Karolina Castro (SNC/MDH): Agradece a apresentação, considerando que, com os devidos ajustes a legislação e a realidade do CNPCT, o modelo de seleção do CONATRAP é uma referência muito importante, principalmente, por viabilizar a transparência ativa e a visibilidade institucional do colegiado. Nesse sentido, sugere a formação de um Grupo de Trabalho de representantes do CNPCT para discutir e propor um edital para seleção do CNPCT.</p> <p>Joviniano Neto (GTNM/BA): Solicita esclarecimentos sobre os critérios adotados pelo CONATRAP para definição de quem eram os eleitores. Também reforça a importância dos esclarecimentos em relação aos pontos suscitados na questão de ordem inicial.</p> <p>Maria Elena (Justiça Global): Considera importante o ganho com a democratização das eleições do CONATRAP, mas também tem preocupação com os critérios para definição do eleitorado e, questiona se houve um esforço de identificação do perfil dos eleitores, após o encerramento das eleições do CONATRAP, como indicador de avaliação e aperfeiçoamento do processo eleitoral.</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.20ªRPO.CNPCT 20ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	007	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
	<p>Roseli de Oliveira (SNPIR/MDH): Também tem preocupação com os critérios para definição dos eleitores e, principalmente, pensando nas eleições do CNPCT, se não haveria restrições a campanhas públicas para o CNPCT durante o período eleitoral de 2018.</p> <p>Andréa Farias (CGETP/MJ): Agradece todos os comentários e responde os questionamentos e ponderações apresentadas. Em seguida, faz suas considerações finais e devolve a palavra a Vice-Presidência do CNPCT.</p>		
Encaminhamentos	<ol style="list-style-type: none">1) A Mesa Diretora do CNPCT deverá solicitar manifestação da CONJUR/MDH sobre os pontos levantados durante as discussões e elaborar Minuta de Edital a ser submetida à aprovação na 21ªRPO/CNPCT;2) O parecer da CONJUR/MDH e a proposta da Mesa Diretora do CNPCT deveram ser encaminhados junto com a pauta 21ªRPO/CNPCT para permite apreciação e discussão antecipada.		

Momento (Nº)	008	Tipo de Pauta	DIÁLOGO MNPCT
Assunto/Tema	<ul style="list-style-type: none">• Apresentação e Discussão do Planejamento Bianual (2018/2019) do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT).		
Documentos & Subsídios	<p>➤ M8_PlanejamentoBianualMNPCT_2018a2020.pdf</p>		
Discussão	<p>Akemi Kamimura (Vice-Presidência - SNC/MDH): Apresenta a expositora da temática, Valdirene Daufemback, Coordenadora-Geral do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT). Em seguida, passa a palavra a expositora.</p> <p>Valdirene Daufemback (MNPCT): Realiza a apresentação sobre do "Planejamento Bianual (2018/2019) do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT)". Em seguida, devolve a palavra a Vice-Presidência para organização das falas com comentários a apresentação realizada.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidência - SNC/MDH): Agradece a apresentação e abre as inscrições para falas comentando a apresentação.</p> <p>Paulo Maldos (CFP): Questiona em qual núcleo da nova estrutura organizacional do MNPCT, ficou a atribuição de articulação de medidas legislativas com o Congresso Nacional e também a articulação internacional. Por fim, destaca a necessidade de que um desses núcleos criados ou outro novo faça a articulação de comunicação com as mídias, as universidades, organizações da sociedade civil e os movimentos sociais que representam vítimas ou atuam em casos acompanhados pelo MNPCT.</p> <p>Marcelo Magalhães (RENILA): Solicita esclarecimentos sobre a existência normas ou regras de organização e articulação sistêmica e orgânica entre o MNPCT e os mecanismos estaduais, a exemplo do que deve ocorrer com o CNPCT e os comitês estaduais.</p> <p>Virgina Berriel (CUT Brasil): Questiona como o MNPCT tem se organizado para lidar com questões emergenciais, não previstas no planejamento inicial, citando como exemplo a situação de intervenção federal no estado do Rio de Janeiro.</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.20ªRPO.CNPCT 20ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	008	Tipo de Pauta	DIALOGO MNPCT
	<p>Karolina Castro (SNC/MDH): Destaca a importância do planejamento e dos outros instrumentais do MNPCT para consolidação da política de prevenção e combate à tortura, pois relevam uma atenção específica e uma estratégia de trabalho que não existe ou se sobrepõe as estruturas atualmente existentes nos estados e municípios, reforçando a importância da criação e do fortalecimento desses serviços.</p> <p>Maria Elena (Justiça Global): Parabeniza pela apresentação e destaca importância do enxugamento da estrutura organizacional do MNPCT, em relação ao modelo anterior de diretorias individuais e, reforça mais uma vez, a necessidade de previsão de fundo de passagens e diárias para atuação do MNPCT e CNPCT em situações de emergência. Também aproveita para questionar se, nova estrutura organizacional do MNPCT, existe a viabilidade de produção de um relatório temática sobre a militarização das unidades prisionais.</p> <p>Valdirene Daufemback (MNPCT): Agradece todos os comentários e responde os questionamentos e ponderações apresentadas. Em seguida, faz suas considerações finais e devolve a palavra a Vice-Presidência do CNPCT.</p>		
Encaminhamentos	1) Não houver encaminhamentos.		

Momento (Nº)	009	Tipo de Pauta	PAUTA ADMINISTRATIVA
Assunto/Tema	<ul style="list-style-type: none">Monitoramento do Plano de Ação CNPCT - 2018		
Documentos & Subsídios	<ul style="list-style-type: none">M10_RelatórioFinal_Oficina_PlanodeAções_CNPCT2018.pdfM10_Programacao_3ºEncontroNacionalCPCT&MPCT.pdf		
Discussão	Vide <u>Encaminhamentos/Deliberações</u> .		
Deliberações e Encaminhamentos	1) As discussões de monitoramento e encaminhamentos de ajustes do Plano Operacional aprovados na 20ªRPO serão incluídos no “Instrumento de Monitoramento” a apresentado no próximo ciclo de acompanhamento, durante a 21ªRPO/CNPCT.		

Momento (Nº)	010	Tipo de Pauta	PLENÁRIA DE ENCAMINHAMENTOS
Assunto/Tema	<ul style="list-style-type: none">Deliberações e Encaminhamentos FinaisLeitura e Validação dos Encaminhamentos da Ata da 20ªRPO		
Documentos & Subsídios	<ul style="list-style-type: none">		
Discussão	<p>Akemi Kamimura (Vice-Presidência - SNC/MDH): Questiona se há discussões e encaminhamentos pendentes para Plenária Final da 20ªRPO.</p> <p>Elias Sousa (Secretaria-Executiva CACNPCT/MDH): Informa que, a Secretaria Executiva do CNPCT está realizando um esforço de organizar administrativamente a participação de “Convidados Permanentes do CNPCT” e, pra isso, preparou uma “Lista Oficial” (Anexo I) das órgãos e organizações para validação formal da Plenária do 21ªRPO. Todos os órgãos e organizações integrantes da “Lista Oficial de Convidados Permanentes do CNPCT”, receberam um ofício do colegiado solicitando</p>		



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.20ªRPO.CNPCT 20ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	010	Tipo de Pauta	PLENÁRIA DE ENCAMINHAMENTOS
			<p>a indicação de representantes, titular e suplente, para receberem os convites e outras informações sobre as reuniões do CNPCT.</p> <p>Maria Elena (Justiça Global): Aponta preocupação com a data de realização da 22ªRPO, no Cronograma Anual de Atividades do CNPCT aprovado na 18ªRPO, em razão da proximidade com a data do 1º turno das eleições de 2018. Nesse sentido, propõe a Plenária a rediscussão da data e sugere a antecipação da 22ªRPO para o mês de setembro, mantendo a 23ªRPO na mesma data prevista para o mês novembro.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidência - SNC/MDH): Questiona se há consenso ou concordância da maioria dos participantes da Plenária Final da 20ªRPO e, sugere a remarcação para penúltima semana de setembro de 2018.</p> <p>Marcelo Magalhães (RENILA): Concorda com a sugestão da Vice-Presidência, mas pede que seja nos dias 20 e 21, para que seja mantida a tradição iniciada em 2018 de realizar as RPOs nas quintas e sextas-feiras.</p> <p>Joviniano Neto (GTNM/BA): Solicita esclarecimentos sobre a programação do 3º Encontro Nacional de Comitês e Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura, principalmente, acerca do formato e do tempo reservado a apresentação e discussão de propostas.</p> <p>Karolina Catro (SNC/MDH): Responde aos questionamentos do representante do GTNM/BA.</p> <p>Maria Elena (Justiça Global): Destaca que, os documentos e informações do CNPCT e de outros colegiados do MDH não estão disponíveis no novo site lançamento no mês de junho e, solicita providências da Vice-Presidência e da Mesa Direto do CNPCT.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidência - SNC/MDH): Informa que, foram apresentadas para apreciação da Plenária Final da 20ªRPO, três propostas de Notas Públicas do CNPCT, referentes aos seguintes assuntos: “Mortes no Socioeducativo”; “Situação das Unidades do SINASE no ES” e o “Projeto de Lei do Senado nº 580/2015”. Em seguida, solicita a distribuição e leitura das notas para verificação de destaques e deliberação final.</p> <p>Sávio Filho (MD): Solicita o registro em ata da abstenção do Ministério da Defesa em relação deliberação da redação da Nota Pública sobre a “Situação das Unidades do SINASE no ES”.</p> <p>Elias Sousa (Secretaria-Executiva CACNPCT/MDH): Realiza leitura final dos encaminhamentos e deliberações da 20ªRPO para validação prévia da Plenária do CNPCT, ficando apenas a redação das discussões para serem apresentadas e aprovadas na 21ªRPO.</p> <p>Akemi Kamimura (Vice-Presidência - SNC/MDH): Agradece a todos os participantes pela presença e declara encerrada a 20ªRPO.</p>
Deliberação			<ol style="list-style-type: none">1) Aprovação, por consenso, da “Lista Oficial de Convidados Permanentes do CNPCT” para encaminhamento de convites e outras informações sobre as reuniões do CNPCT (Anexo I);2) Aprovação, por consenso, da alteração do “Cronograma Anual de Atividades do CNPCT”, aprovado na 18ªRPO, com o objetivo de transferir a data de



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.20ªRPO.CNPCT 20ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Momento (Nº)	010	Tipo de Pauta	PLENÁRIA DE ENCAMINHAMENTOS
			realização da 22ªRPO para os dias 20 e 21 de setembro de 2018, mantendo inalteradas as datas das outras atividades (Anexo II); 3) Aprovação, por unanimidade, da Nota Publica sobre “Mortes no Socioeducativo”, com os ajustes redação discutidos e acordados na Plenária Final; 4) Aprovação, por maioria, da Nota Publica sobre “Situação das Unidades do SINASE no ES”, com os ajustes redação discutidos e acordados na Plenária Final; 5) Aprovação, por unanimidade, da Nota Publica sobre “Projeto de Lei do Senado nº 580/2015”, com os ajustes redação discutidos e acordados na Plenária Final; 6) Aprovação prévia das deliberações e encaminhamentos da 20ªRPO.

Local e Data

Brasília, 08/06/2018 – 18h00

Vice-Presidência CNPCT

Akemi Kaminura

Secretaria-Executiva CNPCT

Elias Emanuel Alves de Sousa



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.20ªRPO.CNPCT 20ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

ANEXO I

LISTA OFICIAL DE “CONVIDADOS PERMANENTES” DO CNPCT

Órgão/Entidade	Sigla	Representação	Data de Indicação	Processo SEI/MDH	Nome	Situação
Conselho Nacional de Procuradores-Gerais	CNPG	TITULAR				Pendente de Indicação
Conselho Nacional de Procuradores-Gerais	CNPG	SUPLENTE				Pendente de Indicação
Procuradoria-Geral da República	PGR/MPF	TITULAR				Pendente de Indicação
Ministério Público Federal	PGR/MPF	SUPLENTE				Pendente de Indicação
Defensoria Pública da União	DPU	TITULAR	09/04/2018	00135.207673/2018-09	Tatiana Melo Aragão Bianchini	Ativo
Defensoria Pública da União	DPU	SUPLENTE	09/04/2018	00135.207673/2018-09	Francisco de Assistência Nascimento Nóbrega	Ativo
Colégio Nacional dos Defensores Públicos-Gerais	CONDEGE	TITULAR	26/04/2017	00135.207673/2018-09	Mariana Py Muniz Cappellari	Ativo
Colégio Nacional dos Defensores Públicos-Gerais	CONDEGE	SUPLENTE	26/04/2017	00135.207673/2018-09	Lúcia Helena Silva Barros de Oliveira	Ativo
Conselho Nacional de Justiça	CNJ	TITULAR				Pendente de Indicação
Conselho Nacional de Justiça	CNJ	SUPLENTE				Pendente de Indicação
Departamento Penitenciário Nacional	DEPEN	TITULAR	20/03/2017	00135.207673/2018-09	Maria Gabriela Viana Peixoto	Ativo
Departamento Penitenciário Nacional	DEPEN	SUPLENTE	20/03/2017	00135.207673/2018-09	Susana Inês de Almeida e Silva	Ativo
Conselho Nacional do Ministério Público	CNMP	TITULAR	27/08/2015	00135.207673/2018-09	Eduardo Ferreira Valério	Ativo
Conselho Nacional do Ministério Público	CNMP	SUPLENTE				Pendente de Indicação
Associação Nacional dos Defensores Públicos	ANADEP	TITULAR	29/03/2017	00135.207673/2018-09	Carlos Weis	Ativo
Associação Nacional dos Defensores Públicos	ANADEP	SUPLENTE	29/03/2017	00135.207673/2018-09	Fernando Albuquerque de Oliveira	Ativo



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.20ªRPO.CNPCT 20ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

LISTA OFICIAL DE “CONVIDADOS PERMANENTES” DO CNPCT

Órgão/Entidade	Sigla	Representação	Data de Indicação	Processo SEI/MDH	Nome	Situação
Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Administração Penitenciária - CONSEJ	CONSEJ	TITULAR				Pendente de Indicação
Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Administração Penitenciária - CONSEJ	CONSEJ	SUPLENTE				Pendente de Indicação
Associação para Prevenção da Tortura	APT	TITULAR				Pendente de Indicação
Associação para Prevenção da Tortura	APT	SUPLENTE				Pendente de Indicação
Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão	PFDC/MPF	TITULAR				Pendente de Indicação
Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão	PFDC/MPF	SUPLENTE				Pendente de Indicação
Conselho Nacional de Políticas Criminais e Penitenciárias	CNPCCP	TITULAR	10/04/2017	00135.207673/2018-09	José Barroso Filho	Ativo
Conselho Nacional de Políticas Criminais e Penitenciárias	CNPCCP	SUPLENTE	10/04/2017	00135.207673/2018-09	Ulysses de Oliveira Gonçalves Junior	Ativo
Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial	CNPIR	TITULAR				Pendente de Indicação
Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial	CNPIR	SUPLENTE				Pendente de Indicação
Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT	CNCD/LGBT	TITULAR				Pendente de Indicação
Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT	CNCD/LGBT	SUPLENTE				Pendente de Indicação
Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	CONANDA	TITULAR				Pendente de Indicação



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.20ªRPO.CNPCT 20ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

LISTA OFICIAL DE “CONVIDADOS PERMANENTES” DO CNPCT

Órgão/Entidade	Sigla	Representação	Data de Indicação	Processo SEI/MDH	Nome	Situação
Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	CONANDA	SUPLENTE				Pendente de Indicação
Conselho Nacional de Saúde	CNS	TITULAR				Pendente de Indicação
Conselho Nacional de Saúde	CNS	SUPLENTE				Pendente de Indicação
Coordenação Geral do SINASE	CGSINASE	TITULAR				Pendente de Indicação
Coordenação Geral do SINASE	CGSINASE	SUPLENTE				Pendente de Indicação
Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul	DPE/RS	TITULAR				Pendente de Indicação
Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul	DPE/RS	SUPLENTE				Pendente de Indicação



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.20ªRPO.CNPCT 20ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

ANEXO II

CALENDÁRIO ANUAL DE ATIVIDADES - CNPCT 2018**

*Aprovado da 18ª Reunião Plenária Ordinária (18ªRPO)

**Alterado na 20ª Reunião Plenária Ordinária (20ªRPO)

Datas	Reuniões Plenárias Ordinárias (RPOs) de 2018	Local	Justificativa
01/03 02/03	18º Reunão Plenária Ordinária	Brasília (DF)	Previsão Legal - Bimestral
12/04 13/04	19º Reunão Plenária Ordinária	Brasília (DF)	Previsão Legal - Bimestral
07/06 08/06	20º Reunão Plenária Ordinária	Brasília (DF)	Previsão Legal - Bimestral
01/08 02/08	21º Reunão Plenária Ordinária	Brasília (DF)	Previsão Legal - Bimestral
20/09 21/09	22º Reunão Plenária Ordinária**	Brasília (DF)	Previsão Legal - Bimestral
28/11 29/11	23º Reunão Plenária Ordinária	Brasília (DF)	Previsão Legal - Bimestral

Datas	Reuniões da Mesa Diretora (RMDs) - 2018	Local	Justificativa
05/02	8ª Reunião da Mesa Diretora - Gestão 2017	Semipresencial (Online)	Pauta 18ªRPO
22/02	9ª Reunião da Mesa Diretora - Gestão 2017	Semipresencial (Online)	Recursos - 4ºPSP/MNPCT
15/03	1ª Reunião da Mesa Diretora - Gestão 2018	Semipresencial (Online)	Recursos - 4ºPSP/MNPCT
26/03	2ª Reunião da Mesa Diretora - Gestão 2018	Semipresencial (Online)	Pauta 19ªRPO
21/05	3ª Reunião da Mesa Diretora - Gestão 2018	Semipresencial (Online)	Pauta 20ªRPO
16/07	4ª Reunião da Mesa Diretora - Gestão 2018	Semipresencial (Online)	Pauta 21ªRPO
03/09	5ª Reunião da Mesa Diretora - Gestão 2018**	Semipresencial (Online)	Pauta 22ªRPO
12/11	6ª Reunião da Mesa Diretora - Gestão 2018	Semipresencial (Online)	Pauta 23ªRPO

Datas	4º Processo de Seleção de Peritos p/ o MNPCT	Local	Justificativa
-------	--	-------	---------------



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

ATA.20ªRPO.CNPCT 20ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

CALENDÁRIO ANUAL DE ATIVIDADES - CNPCT 2018**

*Aprovado da 18ª Reunião Plenária Ordinária (18ªRPO)

**Alterado na 20ª Reunião Plenária Ordinária (20ªRPO)

24/11	24/11	Publicação do Edital - 4º Processo de Seleção MNPCT	Brasília (DF)	Renúncia de 1(uma) Perita em Jun/2017. Encerramento do Mandato de 1(um) Perito em Dez/2017 e outras 3(três) Peritas em Mar/2018.
19/03	19/03	Comissão Verificadora - 4º Processo de Seleção MNPCT	Brasília (DF)	
02/04	06/04	Entrevistas - 4º Processo de Seleção MNPCT	Brasília (DF)	
16/04	16/04	Publicação do Resultado Final - 4º Processo de Seleção MNPCT	Brasília (DF)	

Datas	5º Processo de Seleção de Peritos p/ o MNPCT	Local	Justificativa	
30/07	30/07	Publicação do Edital - 5º Processo de Seleção MNPCT	Brasília (DF)	
05/11	05/11	Comissão Verificadora - 5º Processo de Seleção MNPCT	Encerramento do Mandato de 1(um) Perito em Dez/2018 e outros 3(três) Peritos em Mar/2019.	
19/11	23/11	Entrevistas - 5º Processo de Seleção MNPCT		Brasília (DF)
03/12	03/12	Publicação do Resultado Final - 5º Processo de Seleção MNPCT		Brasília (DF)

Datas	3º Chamamento Público de OSC/CNPCT - Mandato 2019/2020	Local	Justificativa	
27/07	27/07	Publicação do Edital - 3º Chamamento Público de OSC/CNPCT	Encerramento do Mandato das Organizações da Sociedade Civil (OSC) em Dez/2018.	
28/09	28/09	Assembleia de Escolha - 3º Chamamento Público de OSC/CNPCT		Brasília (DF)
03/12	03/12	Resultado Final - 3º Chamamento Público de OSC/CNPCT		Brasília (DF)



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

NOTA PÚBLICA nº 19, 08 DE JUNHO DE 2018

O Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT) vem a público externar sua apreensão em relação ao contexto de graves violações de direitos humanos verificados na Unidade de Internação Regional Norte (UNIS-Norte), em Linhares, no Estado do Espírito Santo, diante das notícias recebidas recentemente acerca de persistência de superlotação, atos de tortura, tratamento cruel, desumano ou degradante, homicídio e tentativa de homicídio de adolescentes, além da não garantia de direitos fundamentais de forma eficaz, como educação, profissionalização e saúde.

Vale frisar que a unidade possui capacidade para 90 internos¹, contudo, registros que datam desde maio de 2015, apresentados pela Defensoria Pública Estadual do Espírito Santo (DPE/ES), indicam que o local opera com sua capacidade excedida, em números que variam de 187 (maio/15) a 267 (abril/18) internos, o que enseja, por exemplo situações de agressões entre internos, dificuldade de movimentação dos adolescentes, concentração dos trabalhos em torno das questões ligadas à segurança em detrimento do aspecto pedagógico, bem como excesso de tempo na “tranca”, chegando-se à naturalização da situação de internos permanecerem até 23 horas por dia em suas “celas” (quartos), com apenas 01 hora de banho de sol.

Cabe lembrar que, em 30 de novembro de 2016, um interno foi morto na unidade, um dia após seu ingresso, ocasião em que a unidade contava com 214 adolescentes.

Anote-se que, em 31 de outubro de 2017, o estabelecimento abrigava 238 internos, ocasião em que outro interno foi vítima de tentativa de homicídio mediante utilização de instrumento perfurocortante.

Além disso, conforme reportado pela DPE/ES, o local não apresenta alvará do Corpo de Bombeiros, tampouco equipe técnica compatível com sua demanda atual, bem como partes de suas instalações apresentam-se insalubres, gerando prejuízo à integridade física e mental dos internos, configurando-se tratamento desumano e degradante a manutenção das atuais condições de internação no local, mormente em face dos compromissos internacionais firmados pelo Estado brasileiro.

Tramita no Supremo Tribunal Federal um Habeas Corpus coletivo em favor de todos os adolescentes submetidos a essa situação degradante e perene, ainda sem decisão de mérito favorável à tutela dos adolescentes, impetrado pela DPE/ES e apoiado por entidades da sociedade civil na qualidade de *amici curiae*, visando o estabelecimento de um fluxo razoável de ingresso e saída de internos, para que a unidade possa cumprir minimamente o papel socioeducador, previsto na legislação de regência.

O Habeas Corpus coletivo surge como última oportunidade de acesso à justiça para os adolescentes privados de liberdade na UNIS-Norte, os quais estão, comprovadamente, em situação incompatível com a dignidade da pessoa humana.

¹ . https://ias.es.gov.br/Media/iases/Arquivos/PPPI_VERSAO_FINAL_1.pdf



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

NOTA PÚBLICA nº 19, 08 DE JUNHO DE 2018

Diante desse quadro, o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT) vem, no uso de suas atribuições, art. 6º, incisos I, II e III, da Lei 12.847/13, solicitar ao Poder Público e, sobretudo, ao Supremo Tribunal Federal (STF), medida para a superação imediata das situações de graves violações de direitos verificadas na Unidade de Internação Regional Norte em Linhares (UNIS-Norte).

Brasília, 8 de junho de 2018.

COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

NOTA PÚBLICA nº 20, 08 DE JUNHO DE 2018

Manifestação de preocupação em relação às recentes e reiteradas mortes no Sistema Socioeducativo dos estados de Goiás e Ceará.

O **Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura** (CNPCT), órgão criado pela Lei Federal 12.847 de 02 de agosto de 2013, que institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura do Brasil e consagra o compromisso do Estado Brasileiro com o Protocolo Facultativo à Convenção sobre Tortura e Outros Tratamentos Cruéis, Desumanos e Degradantes da ONU (OPCAT), vem, através da presente Nota Pública, manifestar extrema preocupação com a situação de graves violações de direitos humanos no Sistema Socioeducativo no Brasil e, mais especificamente, com as recentes e reiteradas mortes de adolescentes em unidades de atendimento socioeducativo dos estados de Goiás e do Ceará. Tais mortes evidenciam a absoluta incapacidade e omissão do Estado em garantir a integridade física e psicológica dos adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa e consequentemente em garantir um atendimento socioeducativo nos termos dos parâmetros nacionais e internacionais.

No dia 25 de maio de 2018, nove (09) adolescentes que estavam em unidade de internação provisória nas dependências do 7º Batalhão da Polícia Militar em Goiânia/GO morreram carbonizados em razão de um incêndio que teria ocorrido devido supostamente a um curto circuito da rede elétrica. O CNPCT reforça a crítica do Conselho Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes (CONANDA), que, em nota pública, repudiou “a utilização do espaço da Polícia Militar como ambiente para adolescentes que cometem ato infracional, ainda que em internação provisória”. Ressalte-se que a própria Secretaria Cidadã do Estado, responsável pela gestão do socioeducativo, admitiu que a unidade funcionaria de forma improvisada nas dependências do Batalhão da Polícia Militar desde a década de 1970, e que a infraestrutura seria precária, com fios elétricos expostos e infiltrações nos alojamentos. O CNPCT ressalta que em 2012 o Governo do Estado assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público Estadual, em que o Executivo se comprometeu a construir novas unidades para fechar esta em específico. Contudo, seis anos após, os termos deste acordo não foram cumpridos, o que expressa a omissão deliberada do Estado e o quão estava anunciada a tragédia do dia 25 de maio de 2018.

Já no dia 06 de junho de 2018 um jovem veio a óbito no Centro Educacional Dom Aloísio Lorscheider (CECAL), localizado em Fortaleza/CE, e outros 09 jovens e 02 socioeducadores ficaram lesionados após episódio de suposto conflito entre socioeducandos. Nos últimos sete meses, já ocorreram três episódios de morte em unidades diferentes de atendimento socioeducativo do Ceará, causando a morte de 07 socioeducandos. No dia 13 de novembro de 2017, 04 adolescentes foram retirados do Centro de Semiliberdade Mártir Francisca, também localizada em Fortaleza, e brutalmente torturados e



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

NOTA PÚBLICA nº 20, 08 DE JUNHO DE 2018

executados por um grupo armado que invadiu a unidade Nos dias 31 de março e 02 de abril de 2018, 02 adolescentes foram mortos no Centro Educacional Zequinha Parente, localizado no município de Sobral/CE, em razão de suposto conflito entre socioeducandos.

Ressalte-se que a morte no dia 02 de abril ocorreu enquanto representantes da Superintendência Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS) estavam no Centro Educacional Zequinha Parente apurando a ocorrência da primeira morte no dia 31 de março. A recorrência desses episódios de mortes em unidades diversas expressa uma omissão estrutural do Estado do Ceará em assegurar o respeito à integridade física, psicológica e à vida dos cerca de 900 (novecentos) socioeducandos/as do Estado.

A Política de Atendimento Socioeducativo no Brasil, que tem como referência as diretrizes da Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8069/1990), da Lei Federal 12.594/2012 (Lei do SINASE), e da Resolução 119/2006 do CONANDA, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), tem sido descumprida pelo Estado Brasileiro e por suas gestões e autoridades estaduais, a partir de um padrão de violações de direitos humanos, de práticas de tortura e maus tratos, de aplicação abusiva de medidas de privação de liberdade e de seguidas mortes de socioeducandos sob a tutela do estado.

Conforme o último Levantamento Anual do SINASE (2016), no ano de 2016 ocorreram 38 mortes decorrentes de “conflito interpessoal”, “conflito generalizado” e “suicídio” em unidades de atendimento socioeducativo no Brasil. Tal número representa uma taxa de morte intencional de 14,3% para 10 mil adolescentes e jovens em cumprimento de medida de internação e de semiliberdade. Para efeito de comparação, conforme o Levantamento de Informações Penitenciárias do DEPEN de 2014, a taxa de mortes intencionais no sistema prisional brasileiro era de 8,4% para cada 10 mil pessoas presas, o que significa que o risco de morte nas unidades de atendimento socioeducativo no Brasil é significativamente mais elevado que nas unidades prisionais brasileiras.

Tal Levantamento demonstra, ainda, que de 2009 a 2015 houve um aumento de 58,6% de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas nas modalidades de internação, semiliberdade e internação provisória, sendo que, destes, a grande maioria se encontra na modalidade de internação. A aplicação majoritária de medidas socioeducativas em meio fechado viola o princípio da excepcionalidade da privação da liberdade e contribui para a superlotação do Sistema Socioeducativo e das condições degradantes, favorecendo a situações de tortura, tratamentos cruéis desumanos e degradantes, e culminando, muitas vezes, em episódios de morte como os ocorridos em Goiás e no Ceará.



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

NOTA PÚBLICA nº 20, 08 DE JUNHO DE 2018

À vista do exposto, o CNPCT manifesta sua extrema preocupação com as reiteradas mortes de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa no Brasil, especialmente em face das mortes ocorridas nos estados de Goiás e do Ceará, e insta o Governo Federal, os governos desses estados e os atores do sistema de justiça (Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública) a adotarem as medidas necessárias para a efetivação dos parâmetros pedagógicos, estruturais e de atendimento do SINASE, bem como para o acompanhamento e reparação das famílias das vítimas e para uma investigação rigorosa sobre os responsáveis por ação e por omissão dos episódios de morte suprarrelatados.

Brasília, 8 de junho de 2018.

COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

NOTA PÚBLICA nº 21, 08 DE JUNHO DE 2018

Posicionamento sobre o Projeto de Lei 580/2015 que obriga presos a ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção.

O **Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura** (CNPCT), órgão criado pela Lei Federal 12.847 de 02 de agosto de 2013, que institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura do Brasil e consagra o compromisso do Estado Brasileiro com o Protocolo Facultativo à Convenção sobre Tortura e Outros Tratamentos Cruéis, Desumanos e Degradantes da ONU (OPCAT), vem, através da presente Nota Pública, manifestar sua posição de contrariedade ao Projeto de Lei 580/2015, o qual, altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a obrigação de o preso ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção.

Na última quarta-feira (6/6), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado aprovou o Projeto de Lei que obriga presos a ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção enquanto estiverem no sistema prisional. De acordo com o projeto, os detentos deverão custear os gastos mediante recursos próprios ou por meio do trabalho desenvolvido no sistema prisional. O Projeto aprovado segue agora para a Câmara dos Deputados.

No relatório, o Senador Ronaldo Caiado justifica a proposta legislativa dizendo que “Não vamos ter de gastar com condenado para ficar com mordomia de penitenciárias e sendo recrutados por facções criminosas”.

A proposta é inconstitucional pois objetiva desonerar o Estado do dever de segurança pública e tutela do preso, além da proibição expressa a pena de trabalho forçado. As pessoas recolhidas às penitenciárias ou em quaisquer centros de privação de liberdade estão sob a tutela do Estado e, assim, são responsáveis, inclusive financeira, do Estado enquanto estiverem sob sua custódia, possuindo direito à proteção, conforme estabelece a Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XLIX, ao assegurar aos presos o respeito à integridade física e moral.

É por essa razão que o Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu que a morte de um detento em estabelecimento prisional gera responsabilidade civil do Estado quando houver inobservância do seu dever específico de proteção. Cita-se como exemplo o Recurso Extraordinário (RE) 841526 de 30 de março de 2016, o qual, por unanimidade, teve negado seu provimento para confirmar o acórdão do Tribunal de Justiça local (TJ-RS) que determinou o pagamento de indenização à família de um presidiário morto. Para o relator do recurso, Ministro Luiz Fux, até mesmo em casos de suicídio de presos ocorre a responsabilidade civil do Estado e explica: “Se o Estado tem o dever de custódia, tem também o dever de zelar pela integridade física do preso”.



CNPCT

Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

NOTA PÚBLICA nº 21, 08 DE JUNHO DE 2018

Por fim, o Senador diz que “não devemos gastar com condenado para ficar com mordomia de penitenciárias e sendo recrutados por facções criminosas”. Importante destacar que o MNPCT, entre os anos de 2015 e 2018, visitou 32 estabelecimentos prisionais em 18 estados brasileiros. Em tais visitas, constataram-se padrões gravíssimos de violações de direitos humanos, que não se resumem à superlotação, mas incluem a precariedade dos serviços básicos (como alimentação, higiene e acesso à água), a insuficiência das assistências (social e material, educacional, laboral, de saúde e jurídica), isolamento excessivo, abuso de autoridade e a permanência de práticas de maus tratos e torturas. Dessa forma, a expressão “mordomia de penitenciárias” é, no mínimo, equivocada frente a um sistema penitenciário sucateado, superlotado e desumano.

Assim, o dever de custódia dos detentos é obrigação do Estado, vez que a sanção penal prevista na Constituição Federal priva a pessoa condenada de sua liberdade, não devendo atingir outros direitos fundamentais. Portanto, a obrigação de o preso ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção, viola o direito a dignidade da pessoa humana, sobretudo a população negra e pobre, que constitui a maioria dos presos e não encontra no sistema prisional as condições necessárias para sua ressocialização.

À vista do exposto, **o CNPCT manifesta sua contrariedade ao Projeto de Lei 580/2015 que obriga presos a ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção**, tendo em vista que esta determinação tende a aprofundar o contexto de tortura, violência institucional e caos nas unidades penitenciárias.

Brasília, 8 de junho de 2018.

COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA